



Procurador critica e presidente do TST apoia reforma da CLT

Em debate, Ronaldo Fleury previu desemprego e Ives Gandra disse que mudanças na legislação trabalhista criarão segurança jurídica

Os chefes da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho divergiram ontem sobre a proposta de reforma trabalhista do governo Temer, que, após passar na Câmara, está no

Senado. O ministro Ives Gandra, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, afirmou que a proposta incentiva a arbitragem e a conciliação em vez da judicialização das questões trabalhistas, simplifica o

processo judicial e pune a litigância de má-fé. O procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, citou países que flexibilizaram as leis trabalhistas e obtiveram redução de salários e aumento do desemprego. **5**

Para entidade de magistrados, proposta é um retrocesso

Em audiência das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, o presidente eleito da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Guilherme Feliciano, disse que, em vez da reforma, o país precisa da regulamentação de dispositivos trabalhistas previstos há quase 30 anos na Constituição. **4**

Genaldino Magalhães/Agência Senado



O procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, fala em comissão ao lado do presidente do TST, Ives Gandra (E), e dos senadores Marta Suplicy e Tasso Jereissati

Lava Jato revelou atual fiscalização, segundo governo

Em audiência na Comissão de Fiscalização e Controle, representantes do governo sustentaram que a Operação Lava Jato mostrou que o sistema para fiscalizar operações financeiras funciona, mas precisa melhorar e engajar a sociedade. **7**

Audiência: defesa agropecuária deve ter verba definida

Especialistas elogiaram ontem, em debate, projeto que fixa critérios para a distribuição de recursos para o controle animal e vegetal. Eles defenderam percentual fixo para repasses, partilha justa e aumento de verbas. **8**

Fim do foro privilegiado segue para último debate em Plenário

A proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro especial para diversas autoridades voltou para a análise do Plenário e já pode passar pela última sessão de discus-

são antes da votação final. A PEC tinha sido enviada à CCJ para análise de um recurso, que foi retirado. Assim, a previsão é que seja votada na quarta-feira, após debate na terça. **3**



PEC precisa de 49 dos 81 votos para ser aprovada, destacou Eunício Oliveira (C)

Ano Volpe/Agência Senado



Waldemir Boreatto/Agência Senado

Para Capiberibe (3º à esq.), é preciso mobilizar mais pessoas sobre o tema

Especialistas avaliam ser possível eliminar desmatamento no país

Participantes de debate ontem na Comissão de Direitos Humanos apontaram a melhoria na fiscalização, o desenvolvimento de tecnologias de produção sustentável e a maior

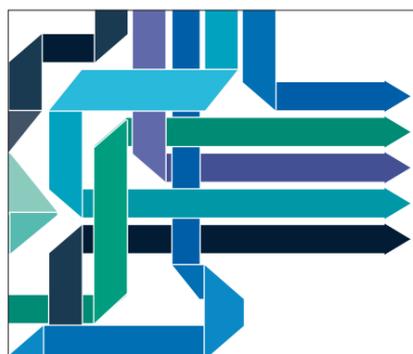
utilização de biocombustíveis como caminhos possíveis para acabar com o corte das florestas nativas. Eles lembraram que o tema é objeto de compromissos internacionais. **8**

Comissão contra violência de gênero retoma trabalhos **2**

Senado aprova acordo entre Brasil e Itália para defesa **3**

Indicações para Conselho do MP vão a Plenário **6**

Leia nesta edição o encarte Monitor Fiscal



Você sabe quanto a União gasta com terceirização de mão de obra? E quais são as áreas do governo que mais demandam esse tipo de despesa?

Agora, no Painei Cidadão do Siga Brasil você pode consultar usando palavras chave e expressões simples. O resultado é rápido e direto, apresentado de forma visual, por meio de gráficos e tabelas.

Acesse www.senado.leg.br/painelcidadao

SIGA BRASIL
Cidadão

Pilar Pedreira/Agência Senado



Para Rose de Freitas, Elcione Barbalho e Simone Tebet, trabalho da comissão deu mais visibilidade às causas femininas

Comissão sobre violência de gênero retoma trabalhos

Instalado ontem, colegiado terá a deputada Elcione Barbalho como presidente e a senadora Rose de Freitas como vice. Parlamentares comemoraram a aprovação de projetos em defesa das mulheres

A COMISSÃO MISTA de Combate à Violência contra a Mulher foi instalada ontem, com a eleição da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) como presidente e da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) como vice para o biênio 2017-2018. A relatoria continua com a deputada Luizianne Lins (PT-CE).

A presidente eleita, que já ocupou o cargo de procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados, destacou a importância de um espaço de debate para a causa feminina.

— Nós, mulheres, formamos a maioria da população brasileira, mas em nossas demandas ainda somos tratadas como minoria. Por isso, a importância desta comissão. Aqui temos espaço garantido para debater e colocar na pauta do Congresso Nacional as ações de enfrentamento das agressões sofridas pelas mulheres — disse Elcione.

A deputada também trouxe dados sobre a violência contra a mulher, ressaltando que o

Brasil é o quinto país mais violento no mundo com as mulheres.

Conquista

Rose de Freitas chamou a atenção para a aprovação no Senado, na terça-feira, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 64/2016, que torna imprescritível o crime de estupro. Ela considerou fundamental que, em qualquer momento, “depois do seu medo, depois do conflito”, a mulher vítima de estupro possa buscar a Justiça. A senadora disse ainda que, para a defesa da mulher, não é necessário apenas a criação de leis, mas sim a construção cultural de uma nova mentalidade.

Simone Tebet (PMDB-MS), ex-presidente da comissão, evidenciou a maior visibilidade de que a causa feminina adquiriu na mídia e na sociedade desde o início dos trabalhos da comissão.

— O grande mérito desta comissão foi que nós passamos

a ter voz, a ter vez. Passamos a ter uma visibilidade como nunca tivemos. Foram inúmeros os projetos aprovados pelo Congresso que surgiram de iniciativas desta comissão e tiveram ampla divulgação na mídia nacional.

A senadora também comentou a aprovação da PEC 64/2016, lembrando que na ocasião fez um apelo a Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher no Senado, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para que a pauta feminina tenha preferência naquela Casa.

Relatório de atividades

Na segunda parte da reunião, Luizianne Lins apresentou o relatório de atividades realizadas pela comissão até agora. Ela destacou as audiências públicas para debate e conscientização, como a que abordou a violência sexual contra a mulher em ambientes universitários.

Lasier vê exagero nas manifestações pró e contra Lula no Paraná

Lasier Martins (PSD-RS) considerou estranha a grande dimensão que ganhou o depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao juiz Sérgio Moro ontem, em Curitiba, com deslocamento de caravanas à cidade.

Para o senador, há exagero nas manifestações. Ele lembrou ainda que Lula é réu em outros processos e novos depoimentos vão acontecer.

— De nada adiantarão gritos, quebra-quebra, ameaças, porque o que interessa, em última análise, é chegar à verdade, até onde Lula é culpado ou não.



Petista transforma depoimento em ato político, critica Bauer

Paulo Bauer (PSDB-SC) repudiou a postura do ex-presidente Lula de tentar transformar em ato político “uma ação corriqueira do Judiciário”, referindo-se ao depoimento de ontem. O senador também criticou partidos e sindicatos por terem apoiado manifestações para pressionar Moro e a Justiça.

— Se o ex-presidente, prestando conta dos seus atos, for inocentado, parabéns para ele. Se for acusado ou lhe pesar alguma imputação de penalidade, deve cumprir com a penalidade. Errou, pague.



Ação mostra força da democracia no país, avalia Ana Amélia

O depoimento de Lula a Sérgio Moro não deve ser surpresa para a sociedade brasileira, porque todos são iguais perante a lei, disse Ana Amélia (PP-RS).

Ao declarar que a Lava Jato é uma das formas de acabar com a corrupção no país, a senadora disse que a postura de Moro foi acolhida por todos que apoiam a ação da Polícia Federal.

— É um dia relevante para a esperança de milhares de brasileiros de que o Brasil vive uma democracia consolidada e forte e as instituições funcionam com soberania e independência.



Colegiado vota hoje relatório de MP sobre Fundo Penitenciário

Foi lido ontem em comissão mista especial o relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) para a medida provisória que autoriza o repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) a estados e municípios independentemente de convênio (MP 755/2016). Hoje a comissão se reúne para votar o relatório do texto.

A MP contém um dispositivo que veda o contingenciamento de recursos do Funpen. Após a leitura, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) apresentou pedido de vista ao projeto, ao qual foram incorporadas 21 emendas pelo relator. O senador Cristovam Buarque (PPS-DF), por sua vez, pediu a Ferraço que reconsiderasse a decisão de rejeitar as emendas de sua autoria que destinam recur-

dos do Funpen a famílias de policiais militares mortos e ao ensino profissionalizante de presidiários. O deputado André Moura (PSC-SE) pediu a inclusão de um dispositivo para viabilizar a ampliação de estabelecimentos penais até o final de 2018.

A MP modifica a Lei Complementar 79/1994 e define novas áreas de aplicação dos recursos do Funpen, como manutenção dos serviços e realização de investimentos penitenciários, aquisição de material permanente e equipamentos especializados e elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social dos presos.

Se for aprovado na comissão mista, o relatório será votado pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Lídice: redução de ICMS na aviação já teve efeito na Bahia

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que a decisão do governador da Bahia, Rui Costa, de reduzir o ICMS da querosene de aviação de 18% para 12% já surtiu efeito favorável. Uma companhia aérea prometeu aumentar o número de voos para Salvador, incluindo uma nova linha entre a capital baiana e Bogotá.

A senadora lembrou o Dia Mundial da Luta contra o Lúpus, celebrado ontem, que foi marcado por proposta dela de iluminar a cúpula do Senado na cor roxa em apoio à campanha para conscientizar sobre a doença.



Caiado pede solução urgente para atrasos do Funrural

Ronaldo Caiado (DEM-GO) reiterou a urgência de uma posição do governo sobre a cobrança dos recolhimentos em atraso para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) desde que o STF considerou constitucional o pagamento pelo empregador rural pessoa física, em março. Ele é cobrado sobre o resultado bruto da comercialização rural e descontado, pelo comprador da produção, no momento da venda. Em 2011, o recolhimento foi considerado ilegal pelo STF e muitos produtores deixaram de pagar.



ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos proferidos por senadores no Plenário depois da ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- MP 763/2016 Saque do FGTS**
8h30 A comissão da medida provisória que autoriza saque de contas inativas do FGTS vota relatório.
- CRE Embaixada na Irlanda**
9h Sabatina da indicada à embaixada do Brasil na Irlanda, Eliana Zugaib. Em seguida, votação de acordos internacionais.
- CDH Dia da Mãe Terra**
9h30 A comissão faz audiência pública interativa para debater o Dia Internacional da Mãe Terra.

- PLENÁRIO Reforma trabalhista**
9h30 Sessão de debates temáticos sobre a reforma trabalhista (PLC 38/2017), com participação do ministro Maurício Godinho Delgado, do TST, e outros convidados.
- MP 755/2016 Fundo Penitenciário**
10h A comissão da MP que regula a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional vota relatório.
- CFE Crise hídrica**
18h Audiência interativa debate crise hídrica nas capitais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Fim do foro privilegiado entra em fase final de votação no Senado

Senador retira recurso que havia apresentado e, assim, projeto pode ter decisão em Plenário na quarta-feira, após último debate na terça

A PROPOSTA DE emenda constitucional que extingue o foro especial por prerrogativa de função para autoridades federais retornará para o Plenário e poderá ser votada em segundo e último turno a partir de quarta-feira. A PEC 10/2013 havia recebido recurso de Roberto Rocha (PSB-MA) e, por isso, voltado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O senador, porém, concordou em retirar o recurso para que o texto entre na fase final de tramitação.

Com o retorno ao Plenário, a PEC passará pela terceira sessão de discussão do segundo turno na terça-feira, afirmou ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Será o último debate. A partir do dia seguinte, a PEC já poderá ser votada.

Reguffe (sem partido-DF) pediu a Eunício a garantia de que a votação ocorra na quarta. O presidente do Senado disse que a votação dependerá de quorum seguro. O texto precisa de 49 votos a favor para ser aprovado, entre 81 senadores.

Recurso

Roberto Rocha havia recorrido à CCJ contra o indeferimento de emenda que apresentou à PEC. Eunício recusou a emenda com o argumento de que tratava do mérito do projeto, quando no segundo turno

só são permitidas emendas de redação. Com o recurso, a PEC precisou voltar à CCJ para análise do caso.

Roberto Rocha disse que retirou o recurso para não procrastinar a votação. Ele afirmou que votou a favor da proposta em todas as etapas e votará a favor no segundo turno, mas lamentou que sua sugestão para o tema não possa ser debatida pelo Plenário.

— Aqui eu não estou conseguindo sequer que a nossa proposta seja debatida. Ela pode, no debate, até ser rejeitada. Eu posso até me convencer de que ela não é apropriada e votar contra. Mas a gente não consegue sequer que ela seja debatida, por uma questão regimental.

O senador disse que não

apresentou a emenda no primeiro turno para que o Senado pudesse encaminhar a PEC com rapidez e fazer com que o Legislativo assumisse o protagonismo na questão do foro privilegiado, que está sob análise também no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele disse que esperava poder apresentar o recurso no segundo turno.

O senador era o relator original da PEC na CCJ, porém abriu mão da função ao tirar uma licença, em setembro do ano passado, para tratar de assuntos particulares. Ele foi substituído por Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O relatório de Roberto Rocha não chegou a ser votado.

A emenda apresentada pelo senador e indeferida por

Eunício consistia justamente no texto do relatório. Ela propunha que fossem estabelecidas varas especiais da Justiça para o julgamento de processos contra as autoridades federais hoje beneficiadas pelo foro especial. O argumento é que remeter todos os processos para a Justiça comum não resultaria em decisões rápidas.

Proposta

Pelo texto de Randolfe, o foro privilegiado fica extinto para todas as autoridades brasileiras nas infrações penais comuns. Fica mantido o foro privilegiado apenas para os chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União. Ou seja, a PEC acaba com os foros especiais para ministros de Estado, governadores, prefeitos, presidentes de câmaras municipais e de assembleias legislativas, presidentes de tribunais superiores e de Justiça dos estados, ministros dos tribunais superiores e do TCU, procurador-geral da República, embaixadores, membros de tribunais de Contas, integrantes de tribunais regionais, juízes federais e integrantes do Ministério Público.

As autoridades mantêm o foro por prerrogativa de função nos crimes de responsabilidade.

Avança PEC que impede extinção de tribunais de Contas

A proposta de emenda à Constituição que impede a extinção dos tribunais de Contas passou ontem pela terceira sessão de discussão em primeiro turno. A PEC 2/2017, do presidente do Senado, Eunício Oliveira, torna os tribunais de Contas órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

A proposta abrange o Tribunal de Contas da União (TCU), os tribunais de Contas estaduais (TCEs), os municipais e também o Tribunal de Contas dos Municípios. Estes dois últimos não se confundem: o Tribunal de Contas dos Municípios é criado em âmbito estadual, com competência para fiscalizar contas de todos municípios daquele estado a fim de desafogar o trabalho dos TCEs. Já os tribunais de Contas municipais se dedicam exclusivamente aos municípios em que foram criados.

Atualmente, apenas duas cidades têm seus tribunais: Rio de Janeiro e São Paulo. A Constituição de 1988 proibiu os municípios de criar outros tribunais, mas não determinou a extinção desses dois. A PEC 2/2017 segue na ordem do dia do Plenário para as duas últimas sessões de discussão antes da votação em primeiro turno.



Presidente do Senado, Eunício (C) diz que dia da votação vai depender de quorum

Aprovado acordo entre Brasil e Itália para defesa

Foi aprovado em Plenário ontem projeto de decreto legislativo que ratifica o ajuste complementar técnico de acordo entre Brasil e Itália sobre cooperação na área de defesa. O acordo, relacionado ao campo aeroespacial, foi assinado em Roma em 2014. O projeto (PDS 88/2016) vai à promulgação.

O tratado tem como objetivo gerar benefícios recíprocos pela criação de parcerias entre as indústrias brasileiras e italianas. O acordo vai permitir o desenvolvimento conjunto, a transferência ou a cessão de tecnologias decisivas de segurança e a troca das capacidades industriais de defesa. As principais áreas para o desenvolvimento da cooperação serão as de veículos aéreos

não tripulados, guerra eletrônica, espaço, treinamento de pilotos, pesquisa e inovação.

O relator do projeto, Pedro Chaves (PSC-MS), destacou, em Plenário, a possibilidade de desenvolvimento conjunto de um veículo lançador de satélites.

Capacitação

O instrumento prevê também intercâmbio de pessoal entre os dois países, por meio de visitas para troca de informações e participação das Forças Aéreas nos cursos de formação e treinamentos nas estruturas da defesa.

O texto institui o Comitê de Coordenação, responsável pelo controle da implementação dos projetos do ajuste técnico, e trata da segurança das informações sigilosas.

Investimentos entre Brasil e Maláui podem crescer

O Senado aprovou ontem o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e o Maláui, país do leste da África. O tratado foi assinado em Brasília, em junho de 2015.

O Projeto de Decreto Legislativo 3/2017 ratifica o tratado, segundo o qual os países pactuam regras para fomentar a cooperação e o fluxo de investimentos entre si.

Transparência

Na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o acordo foi relatado por José Pimentel (PT-CE), que considerou o documento um “instrumento moderno e inovador”. O senador explicou que o acordo foi apoiado em três pilares: mitigação de riscos, governança institucional e agendas temáticas para cooperação e facilitação de

investimentos.

O texto fixa garantias de não discriminação, como o princípio do tratamento nacional, cláusulas de transparência e regras específicas para casos de expropriação direta, de compensação em situação de conflitos e de transferência de divisas. O documento prevê mais divulgação das oportunidades de negócios e intercâmbio de informações sobre marcos regulatórios.

Para colocar em prática o acordo, Brasil e Maláui vão estabelecer um comitê conjunto.

Os dois países também criarão pontos focais, ou ombudsmen, para prover condições propícias aos investidores do outro país, contribuindo para a superação de dificuldades pontuais.

Criado grupo parlamentar com a Coreia do Sul

A criação do Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul foi aprovada ontem em Plenário. O objetivo é incentivar relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos dois países. O grupo está previsto no Projeto de Resolução do Senado 53/2015, que segue para promulgação.

O grupo será integrado por membros do Congresso, mediante livre adesão. A cooperação se dará por visitas parlamentares, congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira e intercâmbio de experiências parlamentares. A cooperação prevê permuta periódica de

publicações e trabalhos sobre tema legislativo.

O autor da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), destacou que o Brasil é o maior parceiro comercial da Coreia do Sul na América Latina. A posição pode ser ainda mais consolidada, disse, tendo em conta o potencial de cooperação bilateral em setores de alta tecnologia, como semicondutores, nanotecnologia e biotecnologia.

Flexa relatou a visita do embaixador da Coreia do Sul no Brasil, Jeong-gwan Lee, com quem discutiu a instalação do grupo.

— A instalação do grupo servirá para estreitar as relações não só comerciais, culturais e de amizade, mas também a diplomacia parlamentar, aproximando o Parlamento da Coreia do Sul do Senado brasileiro.

Marta afirma que reforma trabalhista está sendo discutida

Marta Suplicy (PMDB-SP) discordou da opinião de que não há discussão suficiente sobre a reforma trabalhista no Congresso, afirmando que isso é menosprezar a inteligência dos senadores.

Ela comentou a audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) sobre a reforma trabalhista.

A senadora referiu-se a três pontos da proposta de reforma: o trabalho intermitente, o trabalho temporário e as condições de insalubridade para trabalhadoras grávidas ou que estejam amamentando. Na opinião dela, esta última questão precisa ser modificada, pois se trata de uma perda de direito importante das mulheres.

Ataídes defende mudanças e elogia governo Temer

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) comparou os números finais da economia da ex-presidente Dilma Rousseff com os de Michel Temer, depois de um ano à frente da Presidência da República.

Mesmo tendo herdado crises, disse o senador, Temer reduziu os juros de 14,25% para 11,25% ao ano, e a inflação, de 10,7% para 4,08%. Ataídes defendeu as reformas trabalhista e previdenciária, desde que não haja retirada de direitos dos trabalhadores e aposentados.

— O presidente está no rumo certo. Espero que o Congresso faça a sua parte, independentemente de quaisquer favores — disse.

Lídice: iniciativas visam garantir lucros para elite

Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou terça-feira que as reformas trabalhista e previdenciária propostas são iniciativas ditadas pela elite econômica. Para ela, Temer foi colocado no poder, em decorrência do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, com a missão de conduzir essa pauta.

— Ele está ali para devolver o favor àqueles que o colocaram na cadeira de presidente, através da aprovação de reformas que significarão a derrocada da luta dos trabalhadores pelos seus direitos — disse.

A senadora classificou as reformas como o projeto “mais cruel e perverso” nos últimos 50 anos.

Juízes do Trabalho se dizem contra reforma da CLT em estudo no Senado

Chefe da Associação dos Magistrados do Trabalho disse que o necessário é regulamentar dispositivos trabalhistas previstos na Constituição

O PRESIDENTE ELEITO da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, afirmou que a entidade, que representa 4,5 mil juízes, é a favor da modernização das leis trabalhistas, mas não aceita o proposto no PLC 38/2017, em análise no Senado.

Feliciano foi um dos convidados da audiência realizada ontem pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo ele, são raros os pontos positivos do projeto, que representa um “retrocesso”.

— Modernização é pensar em tirar do papel previsões que estão há quase 30 anos na Constituição e que ainda precisam ser regulamentadas, como a proteção do emprego contra a automação, a cogestão de empresas, a proteção contra dispensa arbitrária, a greve no serviço público e o adicional de penosidade. O problema é quando “modernização” é uma expressão usada para iludir.

Geração de emprego

Feliciano lembrou que medidas que flexibilizaram as relações trabalhistas foram tomadas nos anos 1990, durante o governo Fernando Henrique, e isso não gerou empregos.

— Tivemos um boom de empregabilidade nos anos 90? Claro que não. Aliás, tivemos



Presidente de entidade dos juízes do Trabalho, Guilherme Feliciano fala em debate, observado pelo senador Tasso Jereissati

economistas falando em pleno emprego há alguns anos por causa do crescimento econômico, e a legislação trabalhista era exatamente a atual. Agora as coisas mudam e a lei trabalhista vai ser culpada?

Também se mostrou contra a proposta o vice-presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, José Reginaldo Inácio. Ele defendeu a contribuição sindical e exibiu um comparativo mostrando que as entidades dos trabalhadores recebem muito menos do que as entidades patronais e os partidos políticos.

Na opinião dele, a reforma trabalhista em estudo no Senado é uma “reforma capitalista”, pois está revitalizando o capital e enfraquecendo o trabalho.

— Vamos ter em breve uma Consolidação das Leis Capitalistas em vez de uma Consolidação das Leis Trabalhistas.

Defensor da reforma, o pro-

fessor de economia da Universidade de São Paulo (USP) José Pastore disse que relacionar legislação trabalhista com geração de emprego é uma tarefa complicada, visto que há outros fatores a serem considerados, como investimento, crescimento econômico, posição do país na economia global e níveis de exportação e importação.

— Este projeto é inteligente porque abre a chance de as pessoas praticarem a liberdade mantendo as proteções. É o que vejo: liberdade com proteção. Se isso for aprovado, vai ser de modo gradual, não de repente. As partes vão ver o que funciona ou não. O que não funciona não vai ser praticado e a proteção celetista vai continuar.

Salvaguardas

O diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Peter Poschen,

afirmou que é essencial um bom diagnóstico para se terem objetivos claros com a reforma. Para ele, dizer que a intenção do projeto é simplesmente modernizar “é algo vago”.

— Novas formas de contratação são interessantes para novos grupos de trabalhadores, mas exigem salvaguardas. No mundo inteiro, por ano, o custo da insegurança no trabalho equivale a 4% do PIB mundial. Isso é muito.

A audiência foi conduzida pelos presidentes da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), e da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), que anunciaram que hoje haverá um novo debate sobre o assunto, em sessão temática no Plenário do Senado.

Hoje ao vivo no Facebook da TV Senado: sessão temática sobre a reforma trabalhista, a partir das 9h30: <http://facebook.com/senadofederal>

O que prevê a proposta em análise no Senado

NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO
A negociação vai prevalecer sobre a norma em questões como: participação nos lucros e resultados, jornada em deslocamento, intervalo para almoço, remuneração por produtividade, banco de horas, planos de cargos e salários, adesão ao seguro-desemprego e troca do dia de feriado

FORA DE ACORDO OU NEGOCIAÇÃO
Patrões e empregados não poderão negociar para reduzir ou suprimir direitos como: FGTS, 13º salário, salário mínimo, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, repouso semanal remunerado, licença-maternidade e licença-paternidade, aviso prévio, aposentadoria, seguro contra acidentes, direito de greve e outros

SALÁRIO
Auxílio-alimentação, abonos do empregador, prêmios e incentivos e assistência médica e odontológica deixam de fazer parte do salário e não podem ser contabilizados na base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários

DEMISSÃO POR ACORDO
Criada a modalidade de extinção do contrato por acordo entre empregado e empregador. Nela, o trabalhador tem direito a metade do aviso prévio indenizado e da indenização sobre saldo do FGTS

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL
Deixará de ser obrigatória e passará a ser optativa

FÉRIAS
Desde que o empregado concorde, as férias poderão ser divididas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos

JORNADA DE TRABALHO
A jornada regular de 8 horas/dia + 2 horas extras permanece inalterada. Passa a ser possível, através de acordo, estabelecer jornada que alterne 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso

TRABALHO INTERMITENTE
Nessa modalidade, os trabalhadores vão ganhar por hora, visto que são alternados períodos de prestação de serviços e inatividade. O contrato deverá ser por escrito e o valor da remuneração não poderá ser menor que o do salário mínimo em hora. Além do pagamento pelas horas, o trabalhador terá direito ao pagamento proporcional de férias, FGTS, Previdência e 13º

JORNADA PARCIAL
Haverá duas opções: contrato de até 30 horas semanais sem horas extras ou de até 26 horas semanais com até 6 horas extras. Atualmente, o regime parcial aceito é de 25 horas, sendo vedada hora extra

FALTA DE REGISTRO
O empregador que não registrar o empregado ficará sujeito a multa de R\$ 3 mil para cada trabalhador não registrado. Para micros e pequenas empresas, a punição será de R\$ 800

DESLOCAMENTO
O período de deslocamento não poderá mais ser contado como hora trabalhada, como ocorre hoje quando o patrão oferece transporte para funcionários que moram em local de difícil acesso ou não servido por transporte público

QUARENTENA
Em caso de demissão do trabalhador, haverá quarentena de 18 meses a fim de evitar que ele seja recontratado como terceirizado

GRÁVIDAS
Em caso de insalubridade de grau leve ou médio, será necessário atestado médico que recomende o afastamento durante a gestação. Atualmente, a lei proíbe que mulheres grávidas ou lactantes trabalhem em ambientes com condições insalubres. Em caso de insalubridade de grau máximo, continuará proibido o trabalho

RESCISÃO
O pagamento de valores relativos a demissão ou rescisão pode ser feito até 10 dias após o término do contrato; atualmente eles devem ser pagos no ato da homologação da rescisão



Presidente do TST e procurador do Trabalho divergem sobre projeto

Enquanto Ives Gandra disse que reforma trabalhista garante segurança jurídica, Ronaldo Fleury afirmou que texto não criará empregos

O PRESIDENTE DO Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho, e o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, mostraram visões diferentes sobre a reforma trabalhista em estudo no Senado (PLC 38/2017). Eles participaram ontem de uma audiência das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o representante do Judiciário, apesar de precisar de ajustes, a proposta no geral é um avanço significativo para a segurança jurídica, a harmonização das relações de trabalho e a geração de empregos. O integrante do Ministério Público, por sua vez, afirmou que flexibilizar leis trabalhistas não é solução para a crise econômica. Além disso, segundo ele, o PLC contém uma série de propostas que prejudicam os direitos dos trabalhadores.

Gandra apresentou vários pontos do projeto considerados positivos, como a simplificação judicial, o estímulo à arbitragem e à conciliação, a punição da litigância de má-fé e a flexibilização do intervalo entre jornadas.

— Hoje não há filtro prévio que permita que problemas sejam resolvidos pela arbitragem e conciliação. Recebemos uma quantidade de processos que nem juízes de primeira instância dão conta, muito menos os tribunais. O



O ministro Ives Gandra, a senadora Marta Suplicy e o procurador Ronaldo Fleury em audiência sobre reforma trabalhista

trabalhador quer um processo mais rápido. A empresa não quer ficar com uma espada de Dâmocles na cabeça. Precisamos que a decisão de segunda instância seja mais definitiva para que tudo não vá parar no TST ou no Supremo.

Indenizações

Gandra elogiou o fato de o projeto prestigiar a negociação coletiva, em linha com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e resoluções da Organização Internacional do Trabalho. Outro aspecto positivo, para ele, é a definição de parâmetros e limites para indenizações, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo TST, visto que há decisões determinando valores discrepantes para fatos idênticos.

Em relação à terceirização, o ministro defendeu a distinção entre atividade-fim e meio para se resolver o que seria

permitido ou não. Para ele, caberia à empresa definir qual é a atividade-fim dela. Uma vez estabelecida, tal atividade não poderia ser terceirizada.

Fleury disse que quase todo o Ministério Público do Trabalho é contra o projeto. Ele citou o exemplo de países onde a flexibilização das leis trabalhistas foi implantada em nome da geração de empregos, e o efeito foi perverso: maior desemprego, principalmente entre jovens e idosos, redução dos salários e aumentos das jornadas.

— O que cria emprego é o aumento da demanda. O empresário só admite mais gente se ele precisar para dar conta da demanda. Ele não vai contratar mais gente só porque está mais barato contratar — afirmou Fleury, após lembrar que a proposta original enviada ao Congresso tinha 7 artigos e saiu da Câmara

com mais de 100, que não foram devidamente debatidos.

Parte mais forte

Para o integrante do MPT, o projeto subverte a lógica do direito ao considerar o trabalhador a parte mais forte da relação e o patrão a mais fraca.

Fleury disse que o texto ataca a subsistência dos sindicatos ao prever o fim da contribuição sindical obrigatória. E criticou a terceirização ilimitada. Ele citou números que mostram que mais de 80% dos acidentes fatais no trabalho são com terceirizados, que têm piores condições de saúde e segurança, salários 25% menores e jornadas maiores.

— A terceirização irrestrita permitirá a contratação sem concurso por empresa pública ou sociedade de economia mista, além de dar mais chance para a corrupção e para a volta do nepotismo.

Paim: proposta não pode ser aprovada da forma como está

Paulo Paim (PT-RS) declarou-se cada vez mais convencido de que o projeto de reforma trabalhista não pode ser aprovado nos termos em que foi apresentado. Em Plenário, ele destacou o alto nível da audiência sobre o tema, na manhã de ontem. Segundo Paim, mesmo os defensores da reforma admitiram, na audiência, que o texto precisa de ajustes.

O senador disse esperar que as novas audiências sobre o tema contribuam para o esclarecimento público:

— Discutir a reforma trabalhista vai ser importantíssimo para a construção da opinião final de cada senador.

Rose afirma que mudanças garantem segurança jurídica

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou no Plenário, na terça-feira, que a intenção do governo com a reforma trabalhista não é tornar mais precárias as relações de trabalho, e sim avançar em um ambiente de segurança jurídica para assegurar o emprego no Brasil.

— O discurso mais fácil é dizer que essas propostas vão tirar direitos dos trabalhadores, como falaram que as mudanças no ensino médio eram para prejudicar a qualidade do ensino. A PEC que limitava os gastos públicos era a PEC da morte e nós vimos que ninguém morreu, isso não aconteceu — disse.

Para Ângela, novas regras não vão aumentar emprego

Ângela Portela (PDT-RR) criticou a reforma trabalhista por colocar nos ombros dos trabalhadores o peso do enfrentamento da crise.

A senadora condenou o artigo que dá mais força aos acordos coletivos que à lei trabalhista, a terceirização para todas as atividades e o trabalho por hora. Ela rebateu o argumento de que redução no horário de almoço — de 60 para 30 minutos — vai gerar empregos.

— Argumento falso: o período de almoço já foi de duas horas e foi reduzido para uma, sem que um só emprego fosse gerado.

Senadores se dividem sobre suposta ameaça a direitos dos trabalhadores

A suposta violação de direitos dos trabalhadores no PLC 38/2017 foi objeto de questionamento de senadores no debate. Paulo Paim (PT-RS) disse que o projeto fortalece a negociação individual em detrimento da mediada pelos sindicatos e considerou insuficiente o intervalo de 30 minutos para refeição entre jornadas. Kátia Abreu (PMDB-TO) disse que o intervalo é inviável na área rural:

— É ant fisiológico. Se eu pego a foice e vou para o sol, posso ter uma congestão.

Ronaldo Fleury, do MPT, concordou. Segundo ele, o intervalo inferior a uma hora só deve ser estabelecido em determinadas condições:

— A empresa deve oferecer refeitório, por exemplo.

Gandra respondeu que o projeto não fixa 30 minutos como regra geral, mas permite a negociação conforme as peculiaridades do trabalho.

Armando Monteiro (PTB-PE) argumentou que o projeto não fere nenhum direito essencial do trabalhador e questionou os convidados sobre a relação entre rigidez das leis e informalidade.

Fleury ponderou que a modernização do direito do trabalho deve vir, mas com

garantia de direitos. Ele observou que, no México, que implantou reforma semelhante, houve a mera troca de empregos por prazo determinado por empregos desprotegidos. O presidente do TST, Ives Gandra, ressaltou que a maior vantagem compensatória para o trabalhador é a garantia do emprego.

Ângela Portela (PT-RR) questionou sobre a redução da proteção de grávidas e mães em período de amamentação em locais de trabalho insalubres. Após alertar para o risco de redução do mercado de trabalho da mulher em idade reprodutiva com o excesso de protecionismo, Gandra defendeu, porém, a verificação do tipo de trabalho que grávidas e lactantes poderão exercer com segurança.

Uber

Ana Amélia (PP-RS) pediu que se manifestassem sobre o teletrabalho e as novas relações em empresas como Uber.

Gandra disse que nas modalidades de trabalho autônoma e intermitente há lacunas na lei que precisam ser preenchidas e o projeto é uma tentativa nesse sentido. Fleury afirmou que é necessário regulamentar as novas relações, mas,

antes, é preciso ouvir os interessados.

O trabalho intermitente é a modalidade pela qual o trabalhador é pago por período trabalhado. O projeto prevê que ele receba pela jornada proporcional, com férias, FGTS, previdência e 13°.

Para Fleury, a vida do trabalhador vai virar um inferno:

— É como máquina, que só se gasta quando se liga. O empregador só vai gastar quando ligar o empregado.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), relator na CAE, disse que essa é uma realidade, apesar de não estar regulada. Cristovam Buarque (PPS-DF) opinou que é melhor não saber quando vai trabalhar que ficar sem trabalho. Paim afirmou que “jornada intermitente é como escravidão”.

Gandra argumentou que o texto estabelece regimes de trabalho para situações concretas em que não existe lei.

— Este projeto traz direitos, e não retira. Existem novas formas de trabalho, novas relações que precisam ser reguladas.

Cristovam perguntou se a reforma ajuda a retomar o crescimento. Fleury disse:

— Há seis anos, o Brasil era a sexta economia com a mesma CLT. Ela não amarrava o crescimento. Agora amarra?

Nomes para Conselho do MP vão ao Plenário

Procuradores Orlando Rochadel, Lauro Nogueira e Dermeval Farias foram aprovados por unanimidade ontem, em sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, as indicações dos procuradores Orlando Rochadel, Lauro Nogueira e Dermeval Farias para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As mensagens seguem para o Plenário do Senado, com pedido de votação em regime de urgência.

Os senadores centraram os questionamentos na situação de caos observada na segurança pública em geral e, em especial, nos presídios na maioria dos estados.

Hélio José (PMDB-DF) questionou se o CNMP deveria atuar buscando a ressocialização dos presos por meio do trabalho. Rochadel ressaltou que já há reconhecimento em vários países de que os melhores resultados de ressocialização passam pelo trabalho.

— Enquanto não fizermos o preso sair da cadeia melhor do que entrou, vamos continuar só apagando incêndio neste nosso sistema prisional. Além das condições nos presídios serem quase sempre péssimas, o preso geralmente não tem nada para fazer, acaba saindo muito pior do que entrou — alertou.

Para ele, o CNMP pode efetivar parcerias com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em políticas de res-



Procurador Nogueira fala em sabatina presidida por Edison Lobão, em que Rochadel e Farias também foram ouvidos

socialização, como cursos profissionalizantes dentro dos presídios.

— Sai barato equipar uma sala com computadores num presídio e realizar esses cursos — reforçou o procurador.

Ele enfatizou que os cursos podem ser direcionados ao aprendizado de novas profissões ou para a atualização e reciclagem de profissionais que estejam encarcerados.

Colônias

Lauro Nogueira lamentou o fato de que ainda esteja “no campo das ideias” dispositivo da Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/1984) determinando que os regimes semiabertos sejam cumpridos em colônias agrícolas ou industriais.

O que existem, segundo o procurador, são algumas iniciativas individuais nesse sentido, como a do promotor

André Luís Ribeiro Duarte, em Itajá (GO). Ele implantou uma colônia penal agrícola e tem conseguido excelentes resultados na ressocialização, conforme Nogueira.

— Infelizmente, o sistema carcerário não é uma prioridade nas políticas públicas brasileiras e hoje a sociedade é refém da violência também por causa disso — reforçou Nogueira.

Em sua avaliação, o poder público precisa definir uma política carcerária em âmbito nacional, que passa também por investimentos maciços na construção de novos presídios, devido à superlotação e ao crescimento da violência.

Progressão da pena

Ao responder a Eduardo Braga (PMDB-AM), o procurador Dermeval Farias, que atua na área criminal e acompanha a

crise do sistema penitenciário, revelou que boa parte dos 600 mil presos do país são provisórios e poderiam ser submetidos ao processo de ressocialização com resultados positivos.

O procurador defendeu a aprovação pelo Senado do projeto que atualiza a Lei de Execuções Penais e da revisão da aplicação dos recursos nas penitenciárias. Segundo ele, mesmo com os mutirões realizados pelo CNJ, graves problemas persistem.

— Temos 60 mil homicídios por ano e mais de 500 mulheres são diariamente vítimas de agressões — informou.

Farias considerou excelente o projeto de Lasier Martins (PSD-RS) que torna mais rígidos os processos de progressão da pena (PLS 499/2015). Pela proposta, o regime semiaberto somente passaria a ser concedido a condenados primários

que tivessem cumprido pelo menos metade da pena, e ao menos dois terços nos casos de presos reincidentes.

— O sistema progressivo como temos no Brasil é hoje um caso único no mundo e traz altos custos para a sociedade. Pessoas são condenadas por homicídio e saem direto do tribunal do júri para casa, pois com um sexto já existe progressão — criticou.

Farias elogiou o artigo da proposta que prevê a concessão de regimes menos severos, no caso de condenados por crimes violentos, somente após um laudo psiquiátrico concordando com a progressão.

No que se refere a políticas de ressocialização, ele frisou que caso sua indicação ao CNMP seja aprovada, trabalhará pela generalização das associações de proteção e assistência aos condenados (Apacs).

O método utilizado por essas entidades, de acordo com o procurador, é adotado em 43 cidades e apresenta um índice de 70% de sucesso de não reincidência de crimes de ex-detentos.

— Há dados do Ministério Público mostrando que existem unidades da Apac com 98% de sucesso na ressocialização, enquanto no modelo tradicional 90% dos ex-presos voltam a cometer crimes — reforçou.

Força Nacional precisa ir ao RN, pede Garibaldi Alves Filho

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu o apoio de forças federais no combate à onda de crimes no Rio Grande do Norte, situação que classificou como intolerável e esterecedora. Ele citou estatísticas sobre o aumento da criminalidade no estado, chamando a atenção para o número de homicídios este ano.

O senador mencionou a mobilização da bancada potiguar no Congresso, que cobrou do ministro da Justiça, Osmar Serraglio, o envio da Força Nacional ao estado. Ele citou sugestões de especialistas em segurança encaminhadas ao governo do Rio Grande do Norte, mas sublinhou que o envio de tropas federais é uma solução emergencial e temporária.

— Foi isso que nos levou a solicitar ao governador que se ponha à frente da bancada para solicitar a Força Nacional, as Forças Armadas, no estado.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Raupp alerta para riscos da contribuição ao Funrural

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem que a retomada da contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), que financia aposentadorias dos empregados no campo, traz consequências diretas para quem produz e efeitos indiretos para toda a sociedade brasileira.

Para o senador, o governo deve criar alternativas para a crise, já que boa parte dos agricultores depende de financiamentos e de créditos bancários públicos ou privados, aos quais não terão acesso se forem considerados inadimplentes.

— A sombria perspectiva é a de serem obrigados a pagar os valores acumulados ao longo do tempo, acrescidos de multas e juros em cascata. Apresentar ao pequeno e médio produtor rural uma conta dessas é decretar a sua falência.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Aécio Neves homenageia Celso Cunha por centenário

Aécio Neves (PSDB-MG) celebrou a memória do acadêmico Celso Ferreira da Cunha, no centenário de seu nascimento, ontem.

Tio do senador, Cunha foi professor, gramático e ensaísta. Com o professor Lindley Cintra, é autor da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

Eleito em 1987 para a Academia Brasileira de Letras, ocupou a cadeira de José Honório Rodrigues. No ano seguinte foi convidado para ser o revisor do texto da Constituição federal.

— Aqueles que lá estiveram, como eu estive, se lembrarão daquela figura esguia, serena, sensata e muito cordial que nos corrigia a todo momento os erros gramaticais que, no afã de construir uma Constituição mais próxima do anseio da sociedade brasileira, volta e meia cometíamos.



Jefferson Ruy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Debate: fiscalização financeira precisa melhorar

Representantes de órgãos de controle sustentaram que a Lava Jato mostrou que o sistema funciona, deve ser aperfeiçoado e que os cidadãos podem ajudar nesse esforço

COM A AVALIAÇÃO de que a Operação Lava Jato expôs as fragilidades e as ineficiências do sistema de controle sobre as atividades financeiras do país, porque não detectou o grande volume de recursos movimentado pelos agentes da corrupção, os senadores realizaram audiência ontem para ouvir representantes de órgãos de governo e da sociedade civil.

Os participantes do debate na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC) apontaram a necessidade de aliar a eficácia dos órgãos de controle à transparência e à participação dos cidadãos no combate à corrupção.

O presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse, no início da audiência, que a Lava Jato mudou completamente o patamar com que se enxerga o fluxo de dinheiro ilícito no país.

— Oficialmente, o montante de corrupção reconhecido e contabilizado pela Petrobras foi de R\$ 6,2 bilhões. Mas laudo pericial da Polícia Federal estima prejuízo total de R\$ 42,8 bilhões. E isso é só a ponta do iceberg — afirmou o senador.

Para ele, o que está em xeque é o próprio modelo de fiscalização de movimentações ilícitas no Brasil, porque o enorme volume de recursos identificados pela Lava Jato circulou à revelia dos órgãos fiscalizadores das áreas tributária, bancária, cambial e mobiliária.

— O cidadão fica intranquilo diante disso e indaga como é que tanto dinheiro circula entre agentes da ilicitude, dentro



Ataídes (C) preside audiência pública que ouviu governo, ONG e sindicato sobre combate a operações financeiras ilícitas

do país e no exterior. Como é que ninguém percebeu? — questionou Ataídes.

Fiscalização

Apesar de admitirem a necessidade de melhorar a legislação e de engajar a sociedade nesse esforço para combater a corrupção, representantes dos órgãos de controle avaliam que o sistema de fiscalização funciona bem no país.

O presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda, Antonio Rodrigues, afirmou que o sistema de prevenção à lavagem de dinheiro segue padrão internacional.

Ele ponderou que um dos principais problemas é a dificuldade em rastrear o uso do dinheiro em espécie, meio preferido para a lavagem. O Brasil, considerou, deveria tentar restringir ao máximo o uso do dinheiro em espécie, acabando, por exemplo, com a emissão de notas de alto valor, como fez a Índia.

Lembrou que foi em virtude do controle atual que se iniciou a Lava Jato e que o Coaf

já produziu 681 relatórios relacionados à operação. Mas mesmo defendendo o sistema atual, Rodrigues acha necessário haver projetos de lei que apoiem esse esforço.

Segundo a chefe do Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central, Andreia Vargas, o BC avalia de forma sistemática os controles internos adotados pelas entidades supervisionadas e, desde 2012, oferece 106 tipos de sinais de alerta para uso das instituições financeiras.

— De 1998 a 2016, foram quase 8 milhões de alertas ao Coaf: 670 mil caracterizadas como situações atípicas e 7,3 milhões relativas a operações em espécie acima de R\$ 100 mil — informou Andreia.

Falsas empresas

Ataídes questionou sobre a ausência de ação da Receita no combate à corrupção e sobre a capacidade do órgão de identificar operações suspeitas de empresas como a Odebrecht. O subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Iágaro Martins, lem-

brou que foi o Fisco que, em 2014, identificou o primeiro uso de empresas de fachada para a aquisição de navios-sonda. Além disso, afirmou, a maior parte das operações da empresa foi feita no exterior.

Essas “falsas empresas”, chamadas de “noteiras”, só existem no papel, para emitir notas fiscais e inflar artificialmente o balanço de despesas de grandes corporações, explicou Martins. Ele disse que mudanças nas normas da Receita estão permitindo identificá-las com maior rapidez.

— Na Odebrecht, existem aproximadamente 100 noteiras. A partir desse aprendizado, identificamos no Brasil outras 5 mil — informou.

A partir de 2018, acrescentou, o Brasil vai ser municiado com dados financeiros importantes de contas de residentes tributários dos diversos signatários do acordo Padrão de Declaração Comum (Common Reporting Standard — CRS), do qual o país começou a fazer parte no fim de 2016. Haverá um intercâmbio automático de informações financeiras

para fins tributários. O Brasil terá acesso a dados de contas e operação financeira de seus residentes tributários em qualquer dos 103 países do acordo e enviará informações de operações feitas em território brasileiro de residentes tributários de outros países, como China, Hong Kong, Bélgica, Reino Unido, Espanha, Mônaco e Suécia.

Controle social

Representante da ONG Transparência Brasil, Manoel Galdino disse que somente com a participação da sociedade civil a corrupção poderá ser combatida. Considerou impossível para o Estado fiscalizar tudo e afirmou que a população pode ajudar nesse processo, conseguindo informações mais ricas sobre as instituições.

Galdino apontou a necessidade de definição legal para o beneficiário final de empresas. Ele destacou projeto de lei, aprovado na Câmara e em tramitação no Senado, que tem essa definição legal.

— É necessário saber quem é beneficiado por empresas que são usadas por laranjas para esconder crimes. Esse beneficiário final pode ser político, empresário ou alguém envolvido em atividade ilícita.

Para Luiz Franca, do Sindifisco, que representa os auditores fiscais, é preciso combater a cultura da sonegação no Brasil, que se tornou excelente negócio e fragiliza o sistema de fiscalização. E o superintendente da Comissão de Valores Mobiliários, Fernando Vieira, disse que a CVM não foi “omissa” e não falhou.

Comissão quer saber sobre emissoras da Bahia e de Goiás

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação (CCT) aprovou ontem pedidos de informação ao Ministério das Comunicações sobre a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário de duas empresas de comunicação: a Televisão Oeste Baiano Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens em Barreiras (BA); e a SPC Sistema Paranaíba de Comunicação Ltda, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Itumbiara (GO).

A pedido do relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), foi adiada a votação da proposta que facilita o cumprimento de prazos processuais pela Justiça brasileira, com a cria-

ção de sistema de protocolo integrado judicial válido em todo o país. A medida consta do Projeto de Lei da Câmara 56/2015.

Cristovam alegou que foram apresentadas três emendas depois que seu parecer já estava pronto para votação. E garantiu que concluirá o novo relatório até quarta-feira.

Também foram adiados, por falta de quorum, 16 projetos de decreto legislativo (PDS) que tratam de outorgas (ou renovação de outorgas) de autorização, permissão ou concessão de serviços de rádio e TV nos estados de São Paulo, Amapá, Alagoas, Tocantins, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Amazonas.

Cristovam: Brasil precisa se libertar de suas amarras

Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou que o Brasil precisa se libertar de amarras que impedem o seu desenvolvimento, entre elas a falta de educação dos brasileiros em um mundo onde predominam a ciência e a tecnologia.

Ele defendeu as reformas trabalhista e da Previdência:

— Trabalhador tem que ter direito não apenas a férias, mas a licença para formação. Isso é adaptar as leis trabalhistas aos tempos de hoje, em que um trabalhador não fica para sempre na mesma profissão; as profissões mudam, nascem, ficam obsoletas, e os trabalhadores têm que se reciclar.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Randolfe destaca empresas da Zona Franca Verde do Amapá

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informou quais serão as primeiras empresas a se instalar na Zona Franca Verde de Macapá e Santana, no Amapá. A Verçosa, que vai produzir ração animal, e a Sorveteria Macapá receberão benefícios fiscais.

O senador esclareceu que as empresas da Zona Franca Verde devem privilegiar o uso de matérias-primas locais. Ele destacou as características do projeto: sintonia com os objetivos do desenvolvimento sustentável e modelo econômico baseado em reduzida emissão de gases de efeito estufa e focado para o desenvolvimento das vocações regionais.



Anna Volpe/Agência Senado

Regina defende adesão do Brasil a protocolo da OIT

Regina Sousa (PT-PI) destacou ontem a realização, na terça-feira, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) que lançou campanha para que o Brasil ratifique o protocolo da Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre o combate ao trabalho escravo.

Presidente da CDH, ela disse que a Casa Civil da Presidência da República já sinalizou que o Brasil vai assinar o protocolo ainda este ano.

Ela pediu que os brasileiros apoiem a campanha por meio da página 50 for Freedom, movimento de conscientização contra a escravidão moderna.



Roque de Sá/Agência Senado

Especialistas defendem desmatamento zero

Participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos acreditam ser possível eliminar em definitivo a derrubada de árvores nas florestas nativas brasileiras

APESAR DO DESMATAMENTO ainda ser um problema grave no Brasil, especialistas acreditam que ele pode ser zerado nas florestas nativas do país. O tema foi discutido ontem durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Entre os caminhos que devem ser tomados para atingir o desmatamento zero, os palestrantes destacaram o aumento da eficácia da fiscalização, a manutenção de sistemas territoriais de conservação, o desenvolvimento de tecnologias para a produção sustentável em áreas consolidadas, o uso de biocombustíveis e a destinação de florestas públicas ao uso sustentável para combater o avanço da grilagem de terras.

A coordenadora da Campanha pelo Desmatamento Zero do Greenpeace no Brasil, Cristiane Mazzetti, ressaltou que há cerca de 15 anos o desmatamento zero era visto como um sonho de meia dúzia de ambientalistas. Atualmente, segundo ela, o tema é alvo de compromissos internacionais e critério de políticas de compras de empresas ao redor do mundo.

— É tão possível que vimos o excelente trabalho que o



Cristiane Mazzetti, João Capiberibe, Raoni Rajão e Fabiola Zerbini lamentam que a agricultura nacional ainda desmate

Brasil fez entre 2005 e 2012 na redução do desmatamento na Amazônia. Foram quase 80% de redução.

Cristiane lembrou que o desmatamento zero é também uma demanda da sociedade, já que mais de 1,4 milhão de brasileiros assinaram o projeto de lei que proíbe o corte de florestas nativas no Brasil. O projeto foi entregue ao Congresso em 2015.

Insustentável

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Raoni Rajão argumentou que o modelo de agricultura adotado no Brasil não se sustenta no longo prazo.

Já a pesquisadora Ima Célia Vieira, do Museu Paraense

Emilio Goeldi, informou que, com apenas 3% do número de doutores de todo o país, a Amazônia fica impedida de responder positiva e tempestivamente às demandas por conhecimento e inovação para o desmatamento zero.

A coordenadora da Tropical Forest Alliance na América Latina, Fabiola Zerbini, explicou que a instituição tem a missão de estimular parcerias público-privadas para promover o desmatamento zero associado à produção de óleo de palma, soja, carne, papel e celulose.

Fabiola disse que o desenvolvimento de mercados para commodities livres de desmatamento é condição necessária para o abastecimento

de alimentos no mundo e ponderou que é completamente possível expandir a agricultura e a pecuária com o uso das terras disponíveis.

— Tem uma estimativa, pelo menos no Cerrado, de 18 milhões de hectares disponíveis para expansão agrícola e, na Amazônia, mais 20 milhões.

Novas tecnologias

João Capiberibe (PSB-AP) sugeriu que as organizações envolvidas no tema desenvolvam ferramentas de tecnologia, como, por exemplo, aplicativos, que têm poder de comunicação rápida e de mobilizar mais pessoas.

O senador lamentou que o desenvolvimento brasileiro se sustente, desde o período

do colonial, na destruição ambiental, na exclusão social e na dependência externa.

Produção

Cristiane Mazzetti ressaltou que não há dicotomia entre a continuidade da produção e o fim do desmatamento. Ela lembrou que, em julho de 2006, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (Anec) se comprometeram a não comercializar nem financiar soja produzida em áreas desmatadas no bioma Amazônia.

Segundo a gestora ambiental, a média do desmatamento nos municípios produtores de soja foi reduzida em 83% enquanto a produção aumentou em 170%.

Ima Célia Vieira ressaltou que os principais responsáveis pelo desmatamento são os grandes proprietários de terra (áreas acima de 500 hectares). A pesquisadora citou simulações que demonstram que as mudanças climáticas podem interferir na temperatura e no ciclo hidrológico regional, causando a extinção de diversas espécies de árvores.

Debatedores pedem critérios para verba de defesa agropecuária

A definição de critérios para o repasse de recursos da União para a defesa agropecuária recebeu elogios de especialistas ontem em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Os convidados fizeram sugestões de mudanças no PLS 379/2016, que propõe percentuais fixos para os repasses dos entes federados às ações de inspeção e controle da saúde animal e vegetal. Atualmente, os recursos financeiros são repassados por meio de convênios com a União.

O autor do projeto, Roberto Muniz (PP-BA), afirmou que as atividades relacionadas à defesa agropecuária são, em geral, de natureza contínua e precisam de segurança financeira. A suspensão ou o contingenciamento dos recursos orçamentários, mesmo que por breves períodos, podem colocar em risco os seus objetivos.

O projeto busca diminuir a burocracia na distribuição. De acordo com o senador, é preciso fazer os recursos fluírem, com critérios para a distribuição, para afastar a “má política”.



Ivo Cassol (C) conduz debate na CRA sobre projeto que trata de repasses a ações de controle da saúde animal e vegetal

— A gente quer criar indicadores matemáticos que possam levar a uma partilha desses recursos de forma mais justa e de maneira que as incertezas não cheguem à defesa sanitária.

Regras

O texto estabelece a partilha de 80% dos recursos federais, ficando os outros 20% destinados, a critério do Ministério da Agricultura, a eventuais compensações a entes federados e emergências sanitárias. O projeto estabelece uma série de critérios para a divisão dos recursos, como área plantada, extensão de fronteiras e número de imóveis rurais cadastrados; população rural e número de rebanhos; e valor da produção, das exportações e participação dos ocupados na agricultura familiar. Esses

critérios serão usados em uma fórmula para definir o percentual que caberá a cada estado.

O secretário de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura, Luis Eduardo Pacifici Rangel, elogiou a iniciativa, mas observou que é preciso dar maior flexibilidade no percentual de recursos que podem ser destinados a critério da União. Assim, a secretaria poderá destinar mais dinheiro a um determinado estado em caso de emergência.

— Além dos indicadores normais, a Secretaria de Defesa Agropecuária poderia ter um certo recurso para fazer algum ajuste fino, alguma compensação não medida. Por exemplo: o estado do Amapá, que não tem um potencial ainda, mas que amanhã pode ser o maior pro-

ductor de bubalinos das Américas. Qual é o investimento em defesa agropecuária que o estado precisa fazer antes de ser realmente um produtor?

Escassez

O presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária, Inácio Afonso Kroetz, relatou que os estados têm muita dificuldade de acessar os recursos. A definição de critérios pelo projeto, na sua opinião, foi feita de maneira muito minuciosa.

— Os estados têm muitas diferenças e elas são atendidas dentro desse projeto de lei. Está de parabéns o autor do projeto por ter previsto todas essas características.

Um dos pontos de maior convergência entre os participantes é o baixo investimento

da União em defesa agropecuária. Kroetz mostrou dados sobre os investimentos de 22 estados na área de defesa agropecuária e os comparou com os investimentos da União nesses mesmos estados. O resultado, de acordo com ele, mostra que os repasses da União correspondem a cerca de 2% dos recursos investidos pelos estados.

O presidente da comissão, Ivo Cassol (PP-RO), e o consultor Mário Nascimento, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), concordam. Para eles, é preciso destinar mais recursos a essa área tão sensível para o país.

Para o consultor Leomar Luiz Prezotto, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, é preciso prever claramente, no texto, o repasse de recursos para municípios e consórcio de municípios.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que pediu a audiência pública e é relator do PLS 379/2016, afirmou que a definição dos critérios é um grande passo. Hoje, explicou, os critérios não existem, são aleatórios e dependem de uma vontade unilateral. Com a regulamentação, isso não ocorrerá mais.